

## Profissionalização ou popularização da classe política brasileira?

Um perfil dos Senadores da República

Luiz Domingos Costa  
Adriano Codato

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COSTA, LD., and CODATO, A. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República. In: MARENCO, A., org. *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, pp. 107-134. ISBN 978-85-386-0384-9. Available from doi: [10.7476/9788538603849](https://doi.org/10.7476/9788538603849). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/bfwrk/epub/marenco-9788538603849.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República

Luiz Domingos Costa \*  
Adriano Codato \*\*

Há muitos desacordos entre especialistas sobre qual é o *perfil social* (origem de classe, tipo e tamanho do patrimônio herdado ou construído, acesso a educação superior e posse de títulos escolares, habilidades profissionais, gênero, origem étnica, e outros indicadores de posição social) e a *carreira padrão* (idade de ingresso no mundo política, número de mandatos antes de chegar a posições superiores na hierarquia política, quantidade de partidos por que passou, cargos estratégicos que dirigiu, etc.) de senadores e deputados federais no Brasil. E como e por que isso tem se transformado ao longo do tempo.

Comparativamente com os inúmeros estudos sobre a classe política nos Estados Unidos<sup>1</sup> ou na França,<sup>2</sup> para não mencionar os esforços comparativos e de longo alcance,<sup>3</sup> os profissionais da política são, entre nós, senão um enigma a ser decifrado, um problema em aberto. Isso porque

---

\* Professor da Facinter/PR e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira – NUSP/ UFPR.

\*\* Professor da Universidade Federal do Paraná

<sup>1</sup> Ver, entre tantos, Miller e Strokes, 1963; Schlesinger, 1966; Matthews, 1984; Barton, 1985; Hibbing, 1991; Williams e Lascher, 1993; Kiewiet e Zeng, 1993; Lerner, Nagai e Rothman, 1996; Dye, 2002.

<sup>2</sup> Por exemplo: Gaxie, 1980; Gaxie, 1983; Birnbaum (Org.), 1985; Collovald, 1985; Gaxie e Offerlé, 1985; Sawicki, 1997; Nay, 1998; Dogan, 1999; Offerlé, 1999; Hubé, 2009.

<sup>3</sup> Aberbach; Putnam; e Rockman, 1981; Suleiman e Mendras, 1995; Sharp e Sharp, 1997; Norris (Org.), 1997; Best e Cotta (Org.), 2000.

as respostas disponíveis ainda não apresentam um retrato completo dos representantes, muito embora abram um caminho bastante produtivo nessa direção. Há, todavia, muito mais estudos sobre a Câmara dos Deputados e os processos de recrutamento, *backgrounds* sociais e divisões ideológicas dos seus membros<sup>4</sup> do que sobre o Senado Federal.<sup>5</sup>

O objetivo deste capítulo é comparar alguns achados disponíveis na literatura nacional sobre a trajetória política e a ocupação profissional de deputados federais para o caso específico dos senadores. Nosso experimento leva em consideração, ao lado de outras fontes, uma base de dados relativamente ampla sobre o Senado (240 indivíduos) num intervalo de tempo considerável: 1986-2010.

Na primeira e na segunda seções resumimos algumas análises sobre o processo de recrutamento parlamentar no Brasil focados na Câmara dos Deputados, realçando a dificuldade de comunicação entre elas e, sobretudo, a baixíssima capacidade de, em função dos respectivos achados, se estabelecer uma proposição geral que contemple processos intimamente relacionados, dentre os quais a magnitude da experiência política dos congressistas, as altas taxas de circulação das elites no Legislativo e a transformação do perfil social do pessoal político do país.

Na terceira e quarta seções procuramos verificar se o que já se sabe sobre a Câmara dos Deputados vale também para o Senado Federal. Ou se, nesse caso, o tempo e o tipo de carreira, aliados aos perfis sociais e políticos dos senadores são um tanto diferentes.

## O recrutamento e a renovação parlamentar

Nos estudos mais recentes de Ciência Política, podemos contar com pelo menos duas visões divergentes sobre o meio social de onde provém a elite legislativa brasileira e duas visões sobre sua trajetória política, isto é, sobre como essa elite chegou à Câmara, por quantos e por quais

---

<sup>4</sup> Cardoso, 1978; Nunes, 1978; Santos, 2000; Marengo dos Santos, 2000; Marengo dos Santos, 2001; Coradini, 2001; Messenberg, 2002; Rodrigues, 2002; Miguel, 2003; Pereira e Rennó, 2003; Leoni, Pereira e Rennó, 2003; Franceschini, 2003; Power e Mochel, 2006; Braga, 2006; Rodrigues, 2006; Marengo e Serna, 2007; Braga, 2008; Santana, 2008; Di Martino, 2009; Coradini, 2011; etc.

<sup>5</sup> A literatura sobre os senadores está bem longe, em termos de volume e informação acumulada, daquela dedicada aos deputados federais. No entanto, ela aos poucos vem crescendo. Ver Lemos e Ranincheski, 2001; Llanos e Sánchez, 2006; Bohn, 2007; Lemos (Org.), 2008; Silva, 2010; Costa, 2010; e Neiva e Izumi, 2012.

tipos de cargos passou, se eles influenciaram positiva ou negativamente suas chances de sucesso no meio político, etc. Cada uma das posições na literatura – moldadas por ênfases diferentes, tanto do ponto de vista conceitual como empírico – deriva de interpretações distintas sobre dois processos um tanto mais complicados e que constituem o pano de fundo desses debates todos: a questão da profissionalização das carreiras e da institucionalização do campo político no Brasil.

A primeira dessas visões – centrada na discussão sobre o perfil das trajetórias políticas dos parlamentares – sustenta que se a taxa de renovação de nomes na Câmara dos Deputados (CD) é alta, hoje em torno de 50 % (enquanto que no Congresso dos EUA ela fica na casa dos 10 % a 15 %), é porque a Casa tende a aceitar, com muita frequência, indivíduos estranhos ao campo político (*outsiders*) (Miguel, 2003).

Marengo dos Santos descobriu que se em 1946, 30 % daqueles que chegavam à Câmara dos Deputados tinham atrás de si uma longa trajetória na vida nacional, em 1994 menos de 10 % dos deputados federais possuíam esse perfil. Uma década após o fim da ditadura militar, nada menos de 50 % dos membros da Câmara eram indivíduos que haviam conquistado sua respectiva cadeira num período não superior a quatro anos de dedicação exclusiva à política. Conforme esses dados predominaria no Brasil um sistema político mais “aberto” (e, portanto, menos institucionalizado) que garantiria espaço a indivíduos com pouca experiência na “vida pública”, sem grandes vínculos com partidos tradicionais e com as oligarquias que os controlariam. O Legislativo seria assim povoado de *self-made men*, que se fizeram basicamente à margem do mundo político oficial – em especial à margem dos partidos políticos. Os partidos brasileiros não seriam, afinal, um filtro muito eficiente para recrutar membros e convertê-los em políticos profissionais. Como conclusão, a renovação parlamentar no Brasil não consistiria apenas na substituição completa de nomes ou no revezamento entre quadros políticos já experimentados, mas na franquia pura e simples das cadeiras legislativas a indivíduos estranhos ao campo político oficial (Marengo dos Santos, 1997; 2000). Esse achado é consistente com a visão de Samuels (2003), para quem o tipo de carreira dos parlamentares brasileiros – bastante rápida, centrada no indivíduo e em recursos pessoais – seria resultado direto da baixa capacidade dos partidos políticos controlarem os candidatos às posições na Câmara dos Deputados.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Numa direção oposta, ver Braga, 2008.

Outra interpretação argumentou que o elevado índice de revezamento dos políticos brasileiros nas cadeiras legislativas a cada disputa deve-se a uma razão bem diferente. Ela não diria respeito nem à estrutura de oportunidades do mercado político, nem à baixa institucionalização das suas organizações, mas ao cálculo estratégico que os candidatos sempre fazem entre o custo de permanecer ou não numa instituição altamente competitiva do ponto de vista eleitoral (Leoni, Pereira e Rennó, 2003), mas com pouco poder decisório (Santos, 2000). Daí que os legisladores mais experientes e/ou com melhor currículo seriam também aqueles que deixariam mais rapidamente o Legislativo em busca de uma posição com maior poder, em especial no Executivo (Santos, 2000; Di Martino, 2009). Isso abriria a cada disputa muitas vagas que poderiam ser preenchidas por adventícios.<sup>7</sup>

## A transformação social da classe política nacional

Paralelamente a essa divergência sobre o tipo da carreira pública, sua extensão e suas portas de entrada e saída, surgiu, na literatura, uma interpretação centrada no perfil social dos legisladores (conforme suas respectivas ocupações, *backgrounds*, títulos escolares, etc.). Ela constatou uma regularidade importante entre partido, ideologia e meio social de origem dos eleitos para a Câmara dos Deputados (Rodrigues, 2002) e um fato novo na política nacional: a “popularização” da classe política brasileira (Rodrigues, 2006, p. 11-12).

Essa interpretação pôs em evidência as bases sócio-ocupacionais dos membros da CD. O estudo pioneiro de Rodrigues (2002) focalizou o perfil social dos integrantes dos seis principais partidos representados na Câmara dos Deputados (PMDB, PSDB, PT, PDT, DEM e PPB) e se dispôs a analisar se existiria um perfil social típico de cada agremiação e, em caso positivo, se esse perfil estaria de acordo com a posição do partido no espectro ideológico esquerda-centro-direita.

Estudando a 51ª Legislatura da Câmara dos Deputados (1999-2002) e baseando-se em informações sobre as profissões e as declarações de

---

<sup>7</sup> Em comum às duas interpretações há a percepção de que as baixas taxas de reeleição para a Câmara dos Deputados (em torno de 50 %) constituem sinais de fraca institucionalização do Poder Legislativo federal, ou da dificuldade que o Legislativo tem de reter os quadros mais experientes e alcançar, por meio da qualidade de seu pessoal político, maior capacidade decisória e preponderância política no jogo político nacional.

bens dos parlamentares federais, Rodrigues chega a conclusões instigantes sobre a suposta “anarquia” do sistema partidário nacional com base, alegadamente, na ausência de um perfil claro dos partidos políticos brasileiros.<sup>8</sup> Segundo seus dados, há uma “composição social dominante” nas agremiações partidárias que pode ser descrita assim: partidos de esquerda recrutam seus quadros entre intelectuais (professores, jornalistas), profissionais liberais e trabalhadores assalariados qualificados. Partidos de direita, por sua vez, são marcados pela composição social dominante de empresários (de diversos ramos e tamanhos), além de executivos e dirigentes de firmas privadas. E os partidos de centro são definidos mais em função de seu ecletismo, já que vão buscar seus quadros em diversas camadas sociais médias e altas, sejam elas de empresários, funcionários públicos, profissionais liberais e assim por diante.<sup>9</sup> Temos então o seguinte: um perfil mais elitizado, do ponto de vista econômico, entre a direita; e um perfil típico de rendas médias entre os membros das bancadas de esquerda.

Ao lado da sedimentação do mundo político brasileiro, Rodrigues descobriu uma mudança significativa em andamento na classe política nacional em função da vitória do PT nas eleições para o Executivo federal (cf. Rodrigues, 2006). A vitória de Lula na disputa presidencial em 2002 – e seu reflexo no aumento da bancada de deputados federais do PT – foi responsável por uma relativa mudança no perfil geral da classe política da Câmara dos Deputados.

Uma vez constatadas as variações ocorridas no perfil da elite governante, isto é, no perfil dos ministros e do primeiro escalão da adminis-

---

<sup>8</sup> A acreditar nos diagnósticos mais superficiais, “a conclusão seria que os políticos, não importando suas origens socioeconômicas, escolheriam aleatoriamente as legendas pelas quais entram na vida pública e por elas trafegam durante sua carreira política” (Rodrigues, 2006, p. 16).

<sup>9</sup> Cabe enfatizar que a existência de mais empresários nos partidos de direita no que nos de esquerda não significa que inexistam empresários nos partidos à esquerda do espectro ideológico. Igualmente, são encontrados titulares de cargos intelectuais nos partidos de direita, embora em menor proporção que nos partidos da esquerda. Os dados baseados nas declarações de bens (declarações fornecidas pelos candidatos aos TREs dos respectivos estados onde concorrem) corroboram estes achados. Não cabe aqui entrar em todos os pormenores do livro (Rodrigues, 2002), mas sua análise discute ainda os diplomas superiores dos deputados, desagrega os dados por região do país e também traça um quadro detalhado da composição interna de cada um dos seis partidos selecionados, mostrando também certas incongruências relativas ao seu argumento geral, sobretudo no que tange ao PMDB.

tração Lula (sindicalistas oriundos da CUT e do PT),<sup>10</sup> a conclusão do estudo de Rodrigues é mais ambiciosa: haveria não só uma mudança importante na composição social da elite governante nacional, mas, além disso, “está em curso uma alteração social na classe política brasileira como um todo, alteração ampliada pelos resultados eleitorais de 2002” (Rodrigues, 2006, p. 13-14).

Conforme o autor, o sucesso de Lula em 2002 e sua repercussão sobre a taxa de sucesso político dos candidatos do seu partido teria sido responsável por uma relativa “popularização” da classe política da Câmara dos Deputados (Rodrigues, 2006, p. 11-12). Para testar essa hipótese, isto é, que teria havido uma “redução do espaço político dos parlamentares recrutados das classes altas e, por consequência, um aumento da parcela dos deputados federais vindos das classes médias assalariadas e também, mas em menor medida, das classes populares” (2006, p. 14), Rodrigues fez uma comparação sistemática entre a composição das bancadas das duas legislaturas (a eleita em 1998 e estudada em seu livro anterior (2002) e essa eleita em 2002) e a composição global da Câmara Baixa também nas duas legislaturas.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> “No primeiro ministério do novo presidente, 13 ex-sindicalistas foram indicados para ministros do novo governo. Três vieram de sindicatos dos metalúrgicos, três de bancários, dois de médicos, dois de petroquímicos e um dos seguintes sindicatos: professores, mineiros e um da direção da CUT, cujo ramo de atividade não fica muito claro. (Trata-se da ministra Marina Silva, filha de seringueiros e ex-empregada doméstica, que era da direção da CUT do Acre). [...] A julgar pelos níveis educacionais, a maioria dos integrantes do novo governo veio de famílias das classes médias ou baixas. Segundo dados de José Pastore, entre os ministros petistas do governo, num total de 17 (presidente incluído), sete vieram de famílias cujos pais não completaram o ensino fundamental (num dos casos, o pai era analfabeto)” (Rodrigues, 2006, p. 13). Ver para os dados: José Pastore, “Mobilidade partidária dos dirigentes do PT”, *O Estado de São Paulo*, 12/8/2003.

<sup>11</sup> As conclusões foram as seguintes: “O resultado do exame comparativo das duas legislaturas mostrou que, em primeiro lugar, *se reduziu o número de parlamentares originários das classes ricas e aumentou a proporção dos que vieram das classes médias e das classes trabalhadoras*; em segundo lugar, do ângulo sociológico, mínimas alterações ocorreram nas bancadas dos principais partidos, quer tivessem aumentado ou reduzido a dimensão de suas representações na CD. Em outros termos, *os principais partidos mantiveram seu perfil social entre as duas eleições*, seja quando cresceram (caso do PT, principalmente), seja quando encolheram (casos do PFL e do PSDB, em especial)” (Rodrigues, 2006, p. 17).

Como conclusão, se poderia dizer que não houve uma entrada em massa das classes populares, dos pobres ou de indivíduos despossuídos na Câmara dos Deputados, e nem mesmo a “ascensão dos grupos de trabalhadores manuais de renda e escolaridade muito baixas (Rodrigues, 2006, p. 15)”. O que se verificou foi sim uma queda no percentual de indivíduos com perfil mais tradicional e elitista (isto é, os mais ricos, mais educados e de maior *status* e, dentre esses, sobretudo os empresários<sup>12</sup>), de um lado; e, de outro, um aumento no número de indivíduos de profissões típicas da classe média, “majoritariamente os de escolaridade relativamente elevada. Não se trata, portanto, dos pequenos proprietários do meio urbano ou rural” (Rodrigues, 2006, p. 15).

As causas básicas dessas modificações no quadro interno da Câmara são, contudo, institucionais (eleitorais) e não estruturais (sociais):

[...] a variável mais estreitamente correlacionada às alterações na natureza social dos grupos que controlam o sistema político é a volatilidade na representação partidária, ou seja, as oscilações dos resultados eleitorais que mudam a força relativa dos partidos no sistema político. Em outras palavras: as alterações no peso dos setores sócio-ocupacionais presentes na CD, pelo menos no curto prazo, parecem depender mais dos resultados das disputas políticas que de mudanças na estrutura da sociedade, quer dizer, de elementos externos ao sistema político-institucional” (Rodrigues, 2006, p. 17).<sup>13</sup>

Como o trabalho de Rodrigues e sua conclusão se baseiam apenas em uma eleição, está ainda para ser examinado se, de fato, isso configura uma tendência (a “deselitização” da composição social do legislativo

---

<sup>12</sup> “O termo ‘empresário’ deve ser entendido num sentido amplo. Ele abrange os homens de negócio, proprietários, diretores e sócios de empresas (af incluídos hospitais, estações de rádio e TV e estabelecimentos escolares), comerciantes, administradores de empresas, corretores, acionistas, fazendeiros, administradores de fazenda, enfim todos os que têm atividades ligadas ao mercado, não importando a dimensão do empreendimento” (Rodrigues, 2006, p. 22).

<sup>13</sup> “A hipótese aqui é que *as variações na importância dos grupos econômicos e profissionais no interior dos organismos legislativos dependem principalmente do perfil social dos partidos vencedores e perdedores*. De modo muito esquemático: se aumentar a proporção de cadeiras ocupadas por partidos de direita, aumenta a presença de empresários e de outros setores de classe alta. Se aumentar a proporção de cadeiras dos partidos de esquerda, aumenta a proporção de professores, de sindicalistas, de servidores públicos, de empregados e também de alguns trabalhadores manuais” (Rodrigues, 2006, p. 17).



federal) ou se esse foi apenas um caso isolado. Nesse sentido, testamos a hipótese da “popularização” para o caso do Senado Federal.

Assim como na Câmara Baixa, a Câmara Alta experimentou uma queda dos empresários entre os eleitos. De fato, 2002 representou um momento de arejamento na classe política brasileira – do ponto de vista de sua composição social e não apenas do ponto de vista nominal – já que o número de homens de negócio caiu significativamente, como se vê no Gráfico 1.

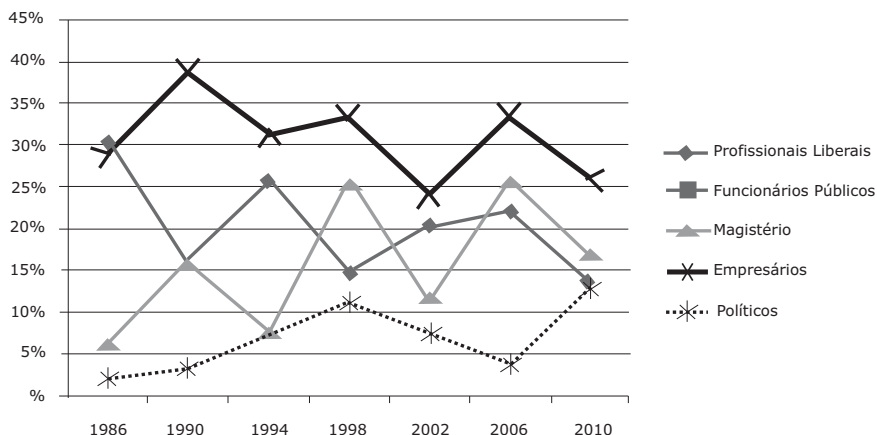


Gráfico 1. Distribuição das principais ocupações por eleição – Senado Federal (1986-2010).

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP)/UFPR.

Se nas eleições anteriores a oscilação não era tão significativa (exceto em 1990, quando há 39 % de proprietários de empresas entre os senadores), em 2002 o contingente de empresários-senadores atinge a menor média do período democrático (24 %). Contudo, a eleição de 2006 altera essa tendência, demonstrando uma disposição oposta: a proporção de empresários volta a subir aos mesmos patamares de 1998 (33 %) para se estabilizar, em 2010, em 26 % de senadores eleitos, o maior contingente da Casa – e exatamente o dobro de profissionais liberais (13 %), de funcionários do setor público (13 %) e de políticos de carreira (13 %).<sup>14</sup> Ao que tudo indica, o caso dos senadores-empresários se não refuta completa-

<sup>14</sup> Para a classificação das profissões utilizamos o seguinte método: pesquisamos qual era profissão mais frequente ou aquela que o indivíduo exerceu por mais tempo na vida, e não aquela anterior à sua entrada na carreira política. Para a construção das

mente a hipótese da *popularização* de forma clara (uma vez que a trajetória desse estrato é claramente descendente e a bancada de professores, por exemplo, triplica de tamanho desde 1986), também não a confirma, ao menos até aqui.<sup>15</sup>

De toda forma, nas análises sobre a composição do Senado é sempre preciso considerar o calendário eleitoral. A dinâmica da renovação, isto é, sua velocidade e natureza são diferentes quando apenas uma cadeira está em disputa ou quando estão duas. Em eleições com perfis competitivos muito distintos, a vaga única tende a ser conquistada por um figurão da política estadual. Já quando há duas vagas em disputa, pode ocorrer uma repartição mais equilibrada entre um figurão e outro postulante de perfil mais modesto ou vindo da “iniciativa privada”.

Vejamos o caso do Senado em maiores detalhes.

## Oposições políticas e hierarquias sociais

Por quaisquer indicadores que se olhe, a morfologia social dos parlamentares tem se alterado no Brasil: como todos os estudos verificaram até aqui, nem os políticos são todos iguais, nem a política nacional é o reino

---

classes sócio-ocupacionais seguimos de perto a composição das categorias utilizadas por Rodrigues (2002, p. 206-209). Assim, “profissionais liberais” são médicos, engenheiros e advogados, basicamente. “Empresários” inclui empresários urbanos e rurais. Entram aqui proprietários, executivos, diretores e gerentes de firmas privadas, proprietários de terra, etc. A categoria dos “funcionários públicos” abrange os senadores que detiveram cargos de cúpula no Estado (nos níveis federal, estadual e municipal), o que compreende também aqueles postos típicos de formação jurídica: promotores, procuradores, etc. No “magistério” entra todo tipo de atividade docente, de todos os níveis de ensino. “Comunicadores” são jornalistas, apresentadores, mas não os proprietários dos meios de comunicação. “Profissões intelectuais” reúne todos aqueles que exercem uma atividade profissional que demanda conhecimento especializado (economistas, por exemplo). “Político” é aquele indivíduo que nunca exerceu regularmente outra função profissional que não a legislativa ou no governo (por indicação ou por eleição). Por fim, “atividades de média qualificação” são especificamente: bancário, metalúrgico, vendedor ambulante, técnico em telecomunicações.

<sup>15</sup> Esses dados dizem respeito aos senadores titulares eleitos entre 1986 e 2010, totalizando 240 parlamentares. Devemos destacar a diferença das fontes para com os dados sobre os deputados federais. Aqui a categoria “empresário” aparece mais bem representada por conta da baixa recorrência de “políticos” nas fontes do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (Abreu et al., 2002) e do Senado Federal. No caso das categorias dos deputados federais, extraídas do TSE, a ocupação “político” é muito frequente.

dos mesmos homens de sempre. No Senado essa mudança é muito importante. Se em 1986 os profissionais liberais eram 31 % do total da Câmara Alta, em 2010 são apenas 13 %. Funcionários do magistério, em compensação, praticamente triplicaram: foram de 6 % para 17 % dos senadores. Mas talvez o dado que chame mais atenção é aquele relativo aos políticos profissionais: eles passaram de 2 % em 1986, quando começa nossa série, para 13 % (ver Gráfico 1). Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Essas mudanças não significam, contudo, que estamos diante de um processo de “popularização” da classe política brasileira ou de democratização do campo político nacional. Na realidade, o que sucede no espaço político é que, por mais que se constate sua autonomia característica e a vigência de regras próprias de seleção eleitoral e controle partidário, de especialização profissional e de monopólio de classe, ele obedece a uma lógica que é em grande parte social. Conforme as evidências que reunimos, para certas posições conquistadas no mercado político, existe uma forte correlação entre oposições políticas e hierarquias sociais, a ponto de se poder pensar “as primeiras como expressão simbólica das segundas” (Gaxie, 1980, p. 32).

Assim como ocorre na Câmara dos Deputados, no Senado há uma convergência clara entre a ocupação profissional do representante e a posição que ele ocupa no espectro ideológico.

Tabela 1. Ocupações profissionais por blocos ideológicos  
Senado Federal (1986-2010)

		blocos ideológicos			Total
		Direita	Centro	Esquerda	
Ocupações agregadas	profissionais liberais	17	23	12	52
		19,8 %	21,1 %	26,7 %	21,7 %
	funcionários públicos	14	14	9	37
		16,3 %	12,8 %	20,0 %	15,4 %
	magistério	5	13	15	33
		5,8 %	11,9 %	33,3 %	13,8 %
	empresários	34	37	2	73
		39,5 %	33,9 %	4,4 %	30,4 %
	políticos	8	8	0	16
		9,3 %	7,3 %	,0 %	6,7 %
	comunicadores	6	12	1	19
		7,0 %	11,0 %	2,2 %	7,9 %
	chefes religiosos	2	1	0	3
		2,3 %	,9 %	,0 %	1,3 %
	profissões urbanas médias	0	1	6	7
		,0 %	,9 %	13,3 %	2,9 %
	Total	86	109	45	240
		100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP)/UFPR.

A Tabela 1 mostra que empresários estão predominantemente nos partidos de centro (34) e de direita (quase 40), ao passo que nos partidos de esquerda a sua representação é muito menor (apenas dois num universo de 240 indivíduos). Outro traço distintivo das bancadas se refere aos professores (“magistério”): embora compareçam em todos os blocos ideológicos, têm presença mais acentuada no bloco dos partidos de esquerda (15). Os comunicadores estão mais bem representados nos partidos de centro (e praticamente não aparecem na esquerda). Profissionais liberais estão acomodados em maior quantidade nos partidos de centro. Os dados apontam, assim, para uma razoável conformidade entre as classificações dos partidos no eixo ideológico e a sua fonte de recrutamento parlamentar. Voltaremos a esse ponto mais adiante quando cruzarmos profissões por partidos.

Com um número significativo de senadores pesquisados (240) e com um intervalo de tempo importante (quase 25 anos) é possível identificar certa “composição social dominante” – isto é, não exclusiva, mas predominante sobre as demais (Rodrigues, 2002) – do centro em primeiro lugar e da direita de forma menos saliente. O centro se caracteriza justamente por fronteiras menos rígidas do ponto de vista ideológico, o que lhe garante maior flexibilidade para abrigar perfis sociais mais heterogêneos.

## A profissionalização da classe política nacional

### a) caso dos deputados federais

Estudos mais recentes têm descoberto que, ao contrário do que se imaginava, ser político profissional é, de longe, a variável mais importante para determinar o sucesso eleitoral de um candidato a deputado federal no Brasil. Os dados levantados já indicam, ao contrário das pesquisas que analisavam apenas a dinâmica político-eleitoral dos anos 1980 e 1990, um processo de maior institucionalização do recrutamento para a Câmara dos Deputados. Nas eleições de 2006, nada menos de 47 % dos vitoriosos já eram membros do poder legislativo federal (Perissinotto e Miriade, 2009; Perissinotto e Bolognesi, 2010).

Perissinotto e Bolognesi (2010) compararam o contingente de candidatos eleitos e não eleitos para a Câmara dos Deputados por profissão em 1998, 2002 e 2006. Eles demonstraram que quatro categorias estavam sobrerrepresentadas nesse universo: economistas, engenheiros, médicos e *políticos do poder legislativo* (senadores, deputados e vereadores). Isso significa, entre outras coisas, uma crescente importância adquirida pelas ocupações técnicas. O que chama a atenção é a brusca diminuição do contingente de “advogados” eleitos entre 1998 e 2006 (de 15,4 % para apenas 8,8 %), embora a taxa de candidatos nesse estrato tenha permanecido estável. Essa é, de resto, uma tendência internacional. Neiva e Izumi mostram que parlamentares com formação jurídica na França estão na casa dos 8 % da Câmara Baixa. Na Espanha eles controlam 15 % das cadeiras (bem atrás de “professores”, estes com 26 %). No Japão, desde os anos 1990 os advogados possuíam pouco mais de 5 % dos postos na Dieta Nacional (Neiva e Izumi, 2012, p. 174-175). Com exceção dos engenheiros que, segundo Santos (2003, p. 118-122), foram atraídos para a atividade política durante o regime ditatorial-militar, as demais profissões aí presentes apontam para um novo tipo de pessoal político em relação aos períodos anteriores ao regime pós-1988. De forma com-

plementar, ocupações econômicas mais tradicionais como empresários, industriais e pecuaristas, embora ainda positivamente relacionadas ao sucesso eleitoral dos candidatos, apresentam peso menor que as novas profissões apontadas acima.

Os dados que coletamos para o Senado apresentam perfil semelhante, exceto no quesito “político profissional”, mas isso basicamente em função da forma de classificação das ocupações dos indivíduos (nós assumimos a profissão mais frequente ao longo da vida e não a autoimputada pelo candidato e registrada no TSE). Quando agregamos os dados por formação universitária os resultados mais frequentes são os seguintes:

Tabela 2. Formações universitárias dominantes por sexo – Senado Federal (1986-2010)

		homem	mulher	total
Curso superior	Direito	70	5	75
		32,4 %	20,8 %	31,3 %
	Medicina	19	2	21
		8,8 %	8,3 %	8,8 %
	Engenharias	28	4	32
		13,0 %	16,7 %	13,3 %
	Economia	24	1	25
		11,1 %	4,2 %	10,4 %
	Administração/Contabilidade	18	3	21
		8,3 %	12,5 %	8,8 %
	Humanidades	22	5	27
		10,2 %	20,8 %	11,3 %
	outras de saúde (Enfermagem, Farmácia, Odontologia)	3	1	4
		1,4 %	4,2 %	1,7 %
	outros diplomas	13	1	14
		6,0 %	4,2 %	5,8 %
	sem curso superior	19	2	21
		8,8 %	8,3 %	8,8 %
Total	216	24	240	
	100,0 %	100,0 %	100,0 %	

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP)/UFPR.

Ainda com base nos achados de Perissinotto e Bolognesi (2010), sabe-se que há diferenças importantes no recrutamento para as três posições ideológicas principais dos partidos políticos: direita, centro e esquerda.<sup>16</sup> Ser industrial e empresário às vezes é significativo para o sucesso eleitoral na direita, mas nunca na esquerda; ser metalúrgico ou bancário pode eventualmente aumentar as chances de sucesso na esquerda, mas nunca na direita. A ocupação de engenheiro produz impactos significativos de maneira mais recorrente na direita, ocorrendo o mesmo com a profissão de médico na esquerda; uma postulante feminina encontra mais dificuldades de acessar o universo dos eleitos na direita e no centro do que na esquerda – o que sugere que a variável “riqueza” não é mais tão determinante (possivelmente a variável “financiamento de campanha” seja, no caso, a fundamental).

Mas também há importantes similaridades entre as três posições ideológicas: ter ensino superior completo produz impactos significativos nas chances de sucesso eleitoral rigorosamente em todas as eleições e em todas as posições ideológicas. E, conclusão principal, a *profissionalização política* é a variável que mais aumenta as chances de sucesso eleitoral também em todas as posições ideológicas e em todas as três eleições analisadas (1998, 2002, 2006).

Isso significa que se encontra em andamento, segundo os autores, uma dimensão importante do processo de estruturação do campo político e de institucionalização da Câmara dos Deputados: a profissionalização dos seus membros. E que os partidos, à direita e à esquerda, tendem a levar em conta, na seleção dos candidatos, aqueles que já têm grande experiência prévia na política (Braga, Veiga e Miriade, 2009; Veiga e Perissinotto, 2011).<sup>17</sup>

A maioria de trabalhos que abordam o problema da trajetória política tem a preocupação de analisar em que medida a carreira política afeta ou é afetada pelas regras do jogo político. Nessa ótica, quanto maior o tempo e a diversificação das carreiras políticas, mais próximo se está de um campo político consolidado, constituído por regras próprias de seleção de seus quadros. Por outro lado, carreiras políticas incipientes, curtas ou descontínuas são indícios de uma maior abertura das instituições po-

---

<sup>16</sup> Ver também Marengo e Serna, 2007; Power e Mochel, 2006.

<sup>17</sup> Bowler, Farrell e Katz, 1999 discutem a relação entre estruturas partidárias, recrutamento de quadros políticos e seu impacto na coesão/institucionalização das agremiações políticas.

líticas aos indivíduos desprovidos das características típicas frequentemente exigidas para o exercício da atividade política profissional.

Uma das formas de entender a estrutura de oportunidades políticas no Brasil é distinguir os tipos de cargos – eletivos legislativos, eletivos executivos e não eletivos – ocupados pelos políticos e diferenciá-los entre níveis de governo – municipal, estadual e federal.

Tabela 3. Trajetória parlamentar dos Senadores e Deputados Federais, respostas múltiplas

	Senadores (1986-2006)		Deputados (1986-1998)	
	N	%	N	%
Vereador	41	18,8	90	6
Deputado Estadual	77	35,3	293	19,4
Deputado Federal	116	53,2	684	45,4
Senador	60	27,5	23	1,5
sem passagem	42	19,3	417	27,7

Fonte: para Senadores, Costa, 2010; para Deputados Federais, Santos, 2000.

**Observação:** respostas múltiplas; as somas ultrapassam 100 %.

A experiência em cargos eletivos legislativos é a que vem em primeiro lugar. De uma forma geral, é possível encontrar entre os senadores proporções sempre maiores de indivíduos com passagem por esse tipo de cargo, em relação aos deputados federais. Isto é especialmente claro quando se observa a presença dos senadores em Câmaras Municipais e Assembleias Estaduais. Mas o dado que merece mais atenção diz respeito à categoria “sem passagem”, pois indica indivíduos sem experiência nas disputas de eleições legislativas. Essa categoria sugere o grau de oportunidades eleitorais franqueadas a indivíduos marginais em relação à política institucional. Pela Tabela 3, vê-se uma distância de apenas 8 p.p. nesse quesito entre deputados e senadores, o que não chega a ser uma diferença alta entre os dois universos: em torno de 28 % de deputados federais não ocuparam, antes de chegar à CD, cargos eletivos legislativos e pouco menos de 20 % de senadores também não. Praticamente 70 % (no caso dos deputados) e 80 % (senadores) dos congressistas brasileiros passaram por cargos legislativos antes de chegarem ao posto em questão, dado que indica razoável associação entre os recursos políticos acumulados ao longo da trajetória parlamentar e o sucesso político (Costa, 2010, p. 68-71).



Esse é, de resto, um fato observável em todas as democracias institucionalizadas (Best e Cotta, 2000). A profissionalização das carreiras políticas é a contra face do declínio do poder e da influência dos “notáveis” (Guttsman, 1974; Dogan, 1999). Cada vez mais, recursos externos ao mundo político (como poder familiar, influência regional, prestígio profissional) passam a contar cada vez menos, o que abre a porta para a entrada das camadas médias nos postos políticos, antes privilégio apenas dos muito ricos (ver Hubé, 2009, p. 242). Assim, a queda de empresários (seja na Câmara, seja, em menor medida, no Senado), antes de representar “popularização”, pode representar maior controle das oportunidades por partes de indivíduos desde muito cedo dedicados às atividades políticas.

b) *o caso dos senadores*

A Tabela 4 foca somente o Senado brasileiro e trata, num intervalo maior do que a Tabela 3, o caso de 240 indivíduos, o que permite uma visão mais exata do que está acontecendo com o tipo de carreira política para postos de elite no Brasil. Aqui há maior instabilidade, uma vez que a taxa de renovação parlamentar bruta é bem mais alta do que na Câmara dos Deputados. Ela está em torno de 80 %.<sup>18</sup>

Tabela 4. Tempo de carreira por eleição  
Senado Federal (1986-2010)

	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
até 5 anos	24 %	16 %	11 %	22 %	9 %	%	6 %
de 6 a 15 anos	27 %	23 %	41 %	15 %	35 %	30 %	26 %
de 16 a 30 anos	31 %	52 %	26 %	33 %	43 %	41 %	48 %
acima de 31 anos	18 %	10 %	22 %	30 %	13 %	30 %	20 %
Total	49	31	54	27	54	27	54
	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %
média de carreira (anos)	17	18	18	20	18	26	22

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP)/UFPR.

<sup>18</sup> As taxas de reeleição para os pleitos de 1990, 1994, 1998, 2002, e 2006 foram respectivamente de 25 %, 19 %, 11 %, 26 %, 22 %.

Se em 1986, praticamente um quarto dos membros da Câmara Alta possuía cinco anos ou menos de carreira política prévia à conquista da cadeira de senador, em 2010 esse contingente é francamente minoritário (apenas 6 %). Isso permite dizer, com razoável margem de segurança, que a carreira política no Brasil vem se tornando cada vez mais profissional e cada vez mais impermeável a políticos ocasionais (*outsiders*, franco atiradores, etc.). Quando olhamos os números daqueles que têm atrás de si uma trajetória na vida pública importante (de 16 a 30 anos), a impressão se confirma: tirando o pico das eleições de 1990 (52 %), o número de senadores nesse estrato vem aumentando progressivamente e hoje constituem quase a metade dos membros da Casa (48 %).

A discussão sobre carreiras políticas no Brasil anunciou alguns achados sobre a configuração da elite parlamentar federal brasileira.

Descontadas algumas divergências menores, há consenso quanto a três teses: *i*) carreiras não são iguais entre deputados de espectros ideológicos distintos; *ii*) a variação que vai dos partidos da direita, passa pelo centro e chega à esquerda é explicada, primordialmente, pelo tipo de relação que os quadros (militantes, líderes) mantêm com a organização partidária, exigindo formas de diferentes dedicação à vida da agremiação; e *iii*) há um perfil social distinto entre os partidos, perfil esse associado a formas diferentes de alçar uma carreira política profissional.<sup>19</sup> Essas diferenças dizem respeito, numa palavra, ao montante de recursos pessoais eleitorais à disposição dos aspirantes. Isso para a CD.

---

<sup>19</sup> Ver também, para a França, Gaxie, 1980-1983; Collovald, 1985.

Esses achados são consistentes com nossos dados para o Senado brasileiro.

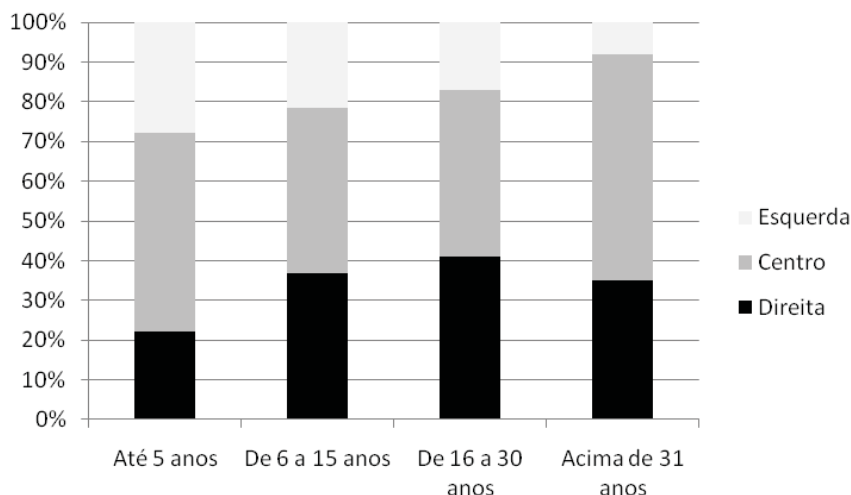


Gráfico 2. Tempo de carreira por blocos ideológicos – Senado Federal (1986-2010).

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP)/UFPR.

Carreiras muito longas (acima de 31 anos) são uma exceção na esquerda: apenas 8% dos senadores têm esse perfil. Elas dão, contudo, o tom das carreiras dos partidos de centro (57%) e de direita (35%). Mesmo quando se consideram trajetórias políticas longas (de 16 a 30 anos), parlamentares de esquerda são plena minoria: constituem menos de 20% do total, contra 42% do centro e 41% da direita.

Para entender melhor a estrutura do mercado de oportunidades políticas no Brasil, uma associação útil a fazer é entre a composição sócioocupacional da Câmara Alta e o perfil de carreira dos senadores. Para tanto, foi elaborado um indicador que agrega e soma os tipos distintos de cargos ocupados pelos senadores antes do seu ingresso na Casa. O cruzamento desse *Índice de Carreira*<sup>20</sup> com as categorias ocupacionais gerou a tabela a seguir. Aqui os dados cobrem o período 1986-2006 (218 indivíduos).

<sup>20</sup> O índice de carreira é sinônimo do “número de cargos eletivos diferentes ocupados” pelo político. Ele faz uma pontuação precisa: cada cargo eletivo ocupado gera o valor 1, de modo que aqueles que não passaram por cargos eletivos antes de chegarem ao Senado terão pontuação zero. Aqueles que tiverem pontuação 6 passaram por 6 cargos diferentes na carreira: foram vereadores, deputados estaduais, deputados federais, prefeitos, senadores, vice-prefeitos, e assim por diante. Trata-se de mensurar

Tabela 5. Categorias sócio-ocupacionais por índice de carreira – senadores brasileiros (1986-2006)

ocupações agregadas	quantidade de cargos ocupados							total
	0	1	2	3	4	5	6	
empresários	9	11	13	15	14	8	3	73
	12,3 %	15,1 %	17,8 %	20,5 %	19,2 %	11,0 %	4,1 %	100,0 %
profissionais liberais	5	14	13	10	10	7	2	61
	8,2 %	23,0 %	21,3 %	16,4 %	16,4 %	11,5 %	3,3 %	100,0 %
funcionários públicos	2	3	3	8	3	2	0	21
	9,5 %	14,3 %	14,3 %	38,1 %	14,3 %	9,5 %	,0 %	100,0 %
magistério	2	9	8	5	1	0	0	25
	8,0 %	36,0 %	32,0 %	20,0 %	4,0 %	,0 %	,0 %	100,0 %
comunicador	1	6	2	1	3	3	0	16
	6,3 %	37,5 %	12,5 %	6,3 %	18,8 %	18,8 %	,0 %	100,0 %
profissões intelectuais	1	1	1	0	2	0	0	5
	20,0 %	20,0 %	20,0 %	,0 %	40,0 %	,0 %	,0 %	100,0 %
atividades de média qualificação	0	1	0	1	2	0	0	4
	,0 %	25,0 %	,0 %	25,0 %	50,0 %	,0 %	,0 %	100,0 %
chefes religiosos	0	1	0	1	0	0	0	2
	,0 %	50,0 %	,0 %	50,0 %	,0 %	,0 %	,0 %	100,0 %
político	1	2	1	3	2	1	1	11
	9,1 %	18,2 %	9,1 %	27,3 %	18,2 %	9,1 %	9,1 %	100,0 %
total	21	48	41	44	37	21	6	218
	9,6 %	22,0 %	18,8 %	20,2 %	17,0 %	9,6 %	2,8 %	100,0 %

Fonte: Costa, 2010, p. 74.

a diversificação das carreiras individuais. Deve-se observar que este é um indicador precário da “longevidade” do político, porque é possível uma carreira mais longa e exclusivamente devotada a um só cargo. Mas se isso pode ser encontrado na CD, no Senado é bastante incomum.

O suposto básico por trás deste cruzamento é o de que os parlamentares ligados aos estratos sociais médios e baixos devem apresentar carreira mais diversificada em função de sua maior dependência de recursos partidários e organizacionais. Decorre daí uma progressão na carreira lenta e hierarquizada segundo a importância relativa dos postos. Por outro lado, parlamentares que possuem mais recursos pessoais – e que são, portanto, menos vinculados aos insumos partidários – devem apresentar um *cursus honorum* mais rápido em direção aos postos eletivos de prestígio, pulando parte da hierarquia usual de cargos eletivos.

Embora o universo não seja muito grande para uma desagregação como essa (218 casos), algumas evidências importantes sobressaem desse cruzamento. No que tange à linha dos senadores que exerceram atividades empresariais (73 indivíduos), a sua vantagem numérica sobre o total os distribui de forma quase equitativa entre os diversos escores. É plausível imaginar que muitos senadores que foram também empresários tenham constituído, ao longo das suas trajetórias, carreiras políticas muito diversificadas e ricas do ponto de vista do acúmulo de cargos eletivos. Entretanto, não é trivial que esse seja também o grupo profissional que apresenta o maior contingente de indivíduos (9) sem carreira eletiva prévia, sendo o Senado seu primeiro posto.

Esta distribuição bastante dispersa pelos diversos escores também ocorre para os outros grupos sócioocupacionais mais numerosos (profissionais liberais e funcionários públicos). Padrão distinto surge quando analisamos a pontuação dos profissionais ligados ao “magistério” e às “atividades de média qualificação”. A ampla maioria dos primeiros apresentou uma proporção maior de casos entre os índices 1 e 2.

Com relação a aqueles que exerciam atividades de média qualificação, dos quatro senadores que compuseram o grupo, três deles apresentaram-se entre os índices 3 e 4, com apenas um com a pontuação 1 (um cargo eletivo ocupado). Mas o seu número reduzido impede maiores conclusões. A distribuição do índice de carreira entre as diversas categorias ocupacionais é errática o bastante para deixar a análise incompleta e dependente de outros indicadores complementares.

Não obstante essas observações, as relações entre perfil social e trânsito no interior das instituições políticas podem ser analisadas por meio dos partidos, já que são esses os mediadores fundamentais entre o universo social mais amplo e as instituições políticas.

De acordo com as proposições de Marenco dos Santos e Serna (2007), partidos de esquerda apresentam perfil social próximo às classes médias e aos estratos médios baixos, com pretendentes desprovidos de recursos eleitorais próprios (dinheiro, redes sociais extensas e importantes e capital familiar). Isso faz deles muito dependentes do capital eleitoral organizacional. À direita do espectro ideológico, pelo contrário, encontra-se um perfil social mais tradicional, indivíduos munidos de melhores condições socioeconômicas e mais recursos pessoais, o que os libera da dependência dos recursos partidários para um acesso mais rápido aos postos políticos de prestígio.

Por esta perspectiva, estruturas partidárias podem não apenas controlar a oferta de lideranças políticas, mas o fazem com uma clara conexão com estratos sociais que são, no contraste entre as correntes ideológicas, distintos (Costa, 2010, p. 73-76). A Tabela 6 conta essa história.

Tabela 6. Ocupação profissional por partidos políticos –  
Senado Federal (1986-2010)\*

ocupações agregadas	principais partidos								total
	PP	PDT	PT	PTB	PMDB	PFL/DEM	PSDB	outros	
profissionais liberais	2	6	5	2	21	10	2	4	52
	3,8 %	11,5 %	9,6 %	3,8 %	40,4 %	19,2 %	3,8 %	7,7 %	100,0 %
funcionários públicos	0	2	2	1	9	9	3	11	37
	,0 %	5,4 %	5,4 %	2,7 %	24,3 %	24,3 %	8,1 %	29,7 %	100,0 %
magistério	2	1	11	1	10	2	2	4	33
	6,1 %	3,0 %	33,3 %	3,0 %	30,3 %	6,1 %	6,1 %	12,1 %	100,0 %
empresários	6	1	1	8	26	13	11	7	73
	8,2 %	1,4 %	1,4 %	11,0 %	35,6 %	17,8 %	15,1 %	9,6 %	100,0 %
políticos	2	0	0	1	3	4	4	2	16
	12,5 %	,0 %	,0 %	6,3 %	18,8 %	25,0 %	25,0 %	12,5 %	100,0 %
comunicação	1	0	1	1	9	3	3	1	19
	5,3 %	,0 %	5,3 %	5,3 %	47,4 %	15,8 %	15,8 %	5,3 %	100,0 %
chefes religiosos	0	0	0	0	1	0	0	2	3
	,0 %	,0 %	,0 %	,0 %	33,3 %	,0 %	,0 %	66,7 %	100,0 %
atividades de média qualificação	0	0	5	0	1	0	0	1	7
	,0 %	,0 %	71,4 %	,0 %	14,3 %	,0 %	,0 %	14,3 %	100,0 %
total	13	10	25	14	80	41	25	32	240
	5,4 %	4,2 %	10,4 %	5,8 %	33,3 %	17,1 %	10,4 %	13,3 %	100,0 %

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP)/UFPR.

\* A agregação de profissões aqui é idêntica à da Tabela 1. Trata-se do mesmo banco de dados. As profissões que aparecem na Tabela 5 são ligeiramente diferentes. Trata-se de outra fonte.

Profissionais liberais estão concentrados no PMDB (40 %) e em menor medida no PFL/DEM (19 %). Atividades ligadas ao magistério (33 %) e profissões urbanas médias (71 %), no PT, que tem um número menor de funcionários públicos do que se esperaria (apenas 5,5 % contra 24 % no PMDB e o mesmo contingente no PFL/DEM). Há um conjunto importante de empresários no PFL/DEM (18 %) e no PSDB (15 %), enquanto no PT ele é mínimo (1,5 %). Esses dados são muito parecidos com os da Câmara dos Deputados na 51ª e 52ª legislaturas, estudados por Rodrigues (2002, p. 66; 2006, p. 134).

## Conclusões

Este trabalho apresentou um apanhado resumido das teses fundamentais a respeito do recrutamento para os postos legislativos nacionais depois da redemocratização. Esse apanhado serviu de pano de fundo para a apresentação de alguns dados sobre os 240 senadores brasileiros que serviram no período 1986-2010. A constatação de que essa literatura apresenta hipóteses conflitantes (popularização *versus* profissionalização, por exemplo) serviu para mostrar que os avanços obtidos na última década a respeito do tema, além de algumas descobertas importantes, abriram espaços novos para novas pesquisas na área.

Há, nesse sentido, muitas perguntas em aberto pelos estudos mencionados. Por exemplo: que tipo de recursos e estratégias têm sido mobilizados pelos novos estratos sociais que chegaram mais recentemente ao universo político-institucional? É possível encontrar alguma conexão entre essas camadas e o perfil de carreira observado pelos estudos que discutem a *expertise* política dos deputados?

Com base nesse gênero de questões, pensamos que é preciso caminhar para um modelo de análise ainda mais complexo e que consiga combinar, numa perspectiva diacrônica, variáveis de três tipos: *institucionais*, *históricas* e *sociais*. Elas, resumidamente, dizem respeito: i) à *institucionalização da competição política democrática* (e, conseqüentemente, à institucionalização dos partidos e dos aparelhos políticos, como os Legislativos); ii) à *autonomização do universo político em relação aos demais universos sociais*; e iii) à *profissionalização dos agentes* e à sedimentação de suas trajetórias políticas.

A combinação desses processos – que são simultâneos no tempo e que não começaram depois de 1986 – concorre para definir e dirigir esse programa peculiar de circulação de elites entre as posições legislativas mais importantes do País e sacramentar definitivamente, ao que parece, a separação da “classe dirigente” da “classe dominante” brasileira. Uma hipótese a ser testada é que os atributos sociais, políticos e profissionais dos representantes parlamentares no regime democrático nacional, sancionados pelos mecanismos e aparelhos encarregados de recrutá-los, são, de fato, menos elitistas do que aqueles típicos dos períodos anteriores, sem serem, contudo, mais populares.



Para que isso se confirme, os trabalhos disponíveis sobre o recrutamento legislativo no Brasil podem caminhar para a elaboração de um novo programa de investigações no qual seja possível testar, com mais dados, mais casos e, a partir de um intervalo de tempo bastante longo, a relação entre as camadas sociais que têm conquistado posições de elite e os perfis de carreira política no Brasil.

## Referências

- ABERBACH, J. D.; PUTNAM, R. D.; ROCKMAN, B. A. *Bureaucrats and politicians in western democracies*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1981.
- ABREU, A. A. de et al. (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- BARTON, A. H. Background, Attitudes, and Activities of American Elites. In: Gwen Moore (Ed.). *Research in Politics and Society*. Volume 1: Studies of the Structure of National Elite Groups. Greenwich, CT: JAI Press, 1985, p. 173-218.
- BEST, H.; COTTA, M. *Parliamentary Representatives in Europe: 1848-2000*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BIRNBAUM, P. (dir.). *Les Élités socialistes au pouvoir: les dirigeants socialistes face à l'État, 1981-1985*. Paris: PUF, 1985.
- BOHN, S. R. Women and candidate quality in the elections for the Senate. Brazil and the United States in comparative perspective. *Brazilian Political Science Review*, v. 1, n. 2, p. 74-107, 2007.
- BOWLER, S.; FARRELL, D.; KATZ, R. Party Cohesion, Party Discipline and Parliaments. In: BOWLER, S.; FARRELL, D.; KATZ, R. *Party Discipline and Parliamentary Government*. Ohio: Ohio State University, 1999.
- BRAGA, M. do S. S. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opin. Pública*, v. 14, n. 2, p. 454-486, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Recrutamento partidário e representação: seleção de candidatos à Câmara dos Deputados do Brasil*. Paper apresentado no III Encontro da Associação Latino-americana de Ciência Política (Alacip), Campinas/SP, 2006.
- BRAGA, M. do S. S.; VEIGA, L. F.; MIRIADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, jun. 2009.
- CARDOSO, F. H. Partidos e deputados em São Paulo (o voto e a representação política). In: Cardoso, F. H. e Lamounier, B. (Org.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

COLLOVALD, A. La république du militant. Recrutement et filières de la carrière politique des députés socialiste. In: BIRNBAUM, P (dir.). *Les Élités socialistes au pouvoir: les dirigeants socialistes face à l'État, 1981-1985*. Paris: PUF, 1985.

CORADINI, O. L. *Em nome de quem?* Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.

\_\_\_\_\_. Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 1, abr. 2011.

COSTA, L. D. *Os representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

Di MARTINO, M. *A política como profissão: análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)*. Tese de Doutorado (Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). USP, 2009.

DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: Offerle, Michel (dir.). *La profession politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, 1999.

DYE, T. R. *Who's Running America? The Bush Restoration*. 7th. ed. Upper Saddle River, N. J.: Prentice Hall, 2002.

FRANCESCHINI, A. de O. *Vínculo político e recrutamento parlamentar no Brasil: uma análise da bancada federal do sudeste da 52ª. legislatura da Câmara dos Deputados*. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). USP, 2003.

GAXIE, D. Les facteurs sociaux de la carrière gouvernementale sous la Cinquième République de 1959 à 1981. *Revue française de sociologie*, v. 24, n. 24-3, p. 441-465, 1983.

\_\_\_\_\_. Les logiques du recrutement politique. *Revue Française de Science Politique*, v. 30, n. 3, fev. 1980.

GAXIE, D.; OFFERLÉ, Michel. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital Social collectif et carrière politique. In: Birnbaum, Pierre. (dir.). *Les Élités socialistes au pouvoir: les dirigeants socialistes face à l'État, 1981-1985*. Paris: PUF, 1985.

GUTTSMAN, W. L. The British Political Elite and the Class Structure. In: Stanworth, Philip e Giddens, Anthony (Eds.). *Elites and Power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

HIBBING, J. R. *Congressional Careers: Contours of Life in the U.S. House of Representatives*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991.

HUBÉ, N. Le recrutement social des professionnels de la politique. In: COHEN, A.; LACROIX, B.; RIUTORT, P. *Nouveau manuel de science politique*. Paris: La Découverte, 2009.

- KIEWIET, D. R.; ZENG, L. An Analysis of Congressional Career Decisions, 1947-1986. *The American Political Science Review*, v. 87, n. 4, p. 928-941, Dec., 1993.
- LEMOS, L. B. (Org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-Constituinte*. Brasília: Senado Federal/Unilegis, 2008.
- LEMOS, L.; RANINCHESKI, S. O perfil sociopolítico dos senadores brasileiros. *Senatus*, v. 1, n. 1, p. 33-39, dez. 2001.
- LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, p. 44-67, maio 2003.
- LERNER, R.; NAGAI, A. K.; ROTHMAN, S. *American Elites*. New Haven: Yale University Press, 1996;
- LLANOS, M.; SÁNCHEZ, F. Council of Elders? The Senate and Its Members in the Southern Cone. *Latin American Research Review*, v. 41, n. 1, p. 133-152, 2006.
- MARENCO, A. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)*. Tese de doutorado (Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2000.
- \_\_\_\_\_. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, p. 87-101, 1997.
- MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, jun. 2007.
- MATTHEWS, D. R. Legislative Recruitment and Legislative Careers. *Legislative Studies Quarterly*, v. 9, n. 4, p. 547-585, Nov. 1984.
- MESSEMBERG, D. *A elite parlamentar do pós-constituinte: atores e práticas*. Brasília: Brasiliense, 2002.
- MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, p. 115-134, jun. 2003.
- MILLER, W. E.; STOKES, D. E. Constituency Influence in Congress. *The American Political Science Review*, v. 57, n. 1, p. 45-56, March 1963.
- NAY, O. Les règles du recrutement politique: pour une approche institutionnaliste de la sélection politique. L'exemple des candidats à l'élection régionale. *Politix*, n. 44, 1998.
- NEIVA, P.; IZUMI, M. Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 41, p. 171-192, fev. 2012.

NORRIS, P. *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1997.

NUNES, E. Legislativo, política e recrutamento de elites no Brasil. *Dados*, n. 17, p. 53-78, 1978.

OFFERLÉ, M. (Org.). *La profession politique, XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, 1999.

\_\_\_\_\_. Professions et profession politique. In: OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession politique*. Paris: Belin, 1999.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Successful Re-election Strategies in Brazil: The Electoral Impact of Distinct Institutional Incentives. *Electoral Studies*, v. 22, n. 3, p. 425-448, 2003.

PERISSINOTTO, R. M.; BOLOGNESI, B. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, v. 4, n. 1, p. 10-32, 2010.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRIADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, v. 52, n. 2, jun. 2009.

POWER, T.; MOCHEL, M. *Shaping the Brazilian Political Class: causes and consequences of recruitment to the Chamber of Deputies*. Paper apresentado no III Encontro da Associação Latino-americana de Ciência Política (Alacip), Campinas/SP, 2006.

RODRIGUES, L. M. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.

\_\_\_\_\_. *Partidos políticos, ideologia e composição social*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.

SAMUELS, D. *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, L. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. *Teoria & Sociedade (UFMG)*, v. 16, n. 2, p. 130-155, 2008.

SANTOS, A. M. dos. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.16, n. 45, p. 69-83, 2001.

SANTOS, F. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: \_\_\_\_\_. *Elites políticas e econômicas no Brasil*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SAWICKI, F. *Les réseaux du Parti Socialiste: sociologie d'un milieu partisan*. Paris: Belin, 1997.

SCHLESINGER, J. A. *Ambition and Politics: Political Careers in the United States*. Chicago: Rand McNally, 1966.

SHARP, N. W.; SHARP, J. R. *American legislative leaders in the West, 1911-1994*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1997.

SILVA, R. S. da. *Senado: casa de senhores? Os perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990-2006*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.

SULEIMAN, E.; MENDRAS, H. *Le reculement des élites en Europe*. Paris: La Découverte, 1995.

VEIGA, L.; PERISSINOTTO, R. M. *Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010*. Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu/MG, 2011.

WILLIAMS, S.; LASCHER JR. L. (Eds). *Ambition and Beyond: Career Paths of American Elected Officials*. Berkeley: Institute of Governmental Studies, 1993.